

Esporte

Delas

**Empoderamento, inclusão
e permanência de meninas
e mulheres no esporte**

1

MÓDULO



A História das mulheres no esporte
AIRA BONFIM

FUNDAÇÃO DEMÓCRITO ROCHA (FDR)

Presidente

Luciana Dummar

Diretor Administrativo-Financeiro

André Avelino de Azevedo

Gerente-Geral

Marcos Tardin

Gerente Editorial

Lia Leite

Gerente de Marketing e Design

Andrea Araújo

Gerente de Audiovisual

Chico Marinho

Gerente de Projetos

Raymundo Netto

Analistas de Projetos

Aurelino Freitas e Fabrícia Góis

Analista de Contas

Narcez Bessa

UNIVERSIDADE ABERTA DO NORDESTE (UANE)

Gerente Educacional

Prof. Dr. Deglaucy Jorge Teixeira

Coordenadora Pedagógica

Profa. Ms. Jôsy Braga Cavalcante

Coordenadora de Cursos e Secretária Escolar

Esp. Marisa Ferreira

Desenvolvedora Front-End

Isabela Marques

Estagiárias em Mídias e Tecnologias para Educação

Ágata Ribeiro e Rebeca Azevedo

Estagiária em Pedagogia (Secretaria Escolar)

Arielly Ribeiro

Estagiários em Letras

Lucas Gomes Gonçalves

Matheus Coutinho Dias

Wesley Militão Fernandes Mendes

ESPORTE DELAS: EMPODERAMENTO, INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DE MENINAS E MULHERES NO ESPORTE

Concepção e Coordenadora Geral

Valéria Xavier

Coordenadora de Conteúdo

Daiany França Saldanha

Coordenadora Editorial

Lia Leite

Revisora

Jessika Sampaio

Projeto Gráfico e Editora de Design

Andrea Araujo

Designer Gráfico

Welton Travassos

Ilustrador

Rafael Limaverde

Analista de Marketing

Henri Dias

Analista de Projetos

Daniele de Andrade

Social Media

Letícia Frota

Este fascículo digital é parte integrante do projeto Esporte Delas: empoderamento, inclusão e permanência de meninas e mulheres no esporte, em decorrência do IV Edital de Projetos Desportivos e Paradesportivos – Incentivo ao Esporte Cearense. Processo no 00009.653430/22.



SUMÁRIO

Apresentação	5
1. Introdução à História das mulheres no esporte	6
2. As primeiras mulheres no esporte	11
3. Desafios e conquistas significativas das mulheres no esporte	18
4. Impacto da legislação e política na participação das mulheres no esporte	21
5. Estudo de caso: atletas notáveis e suas histórias	25
6. Perspectivas futuras para as mulheres no esporte	31
Referências.....	34
Sobre a autora	35



Apresentação

Este módulo abordará a evolução histórica da participação das mulheres no esporte, desde os primeiros envolvimento registrados até as realizações recentes de mulheres atletas. Discutiremos as lutas e desafios enfrentados pelas mulheres na busca pela igualdade no esporte, bem como suas conquistas significativas. A entrada das mulheres no esporte, assim como em outras esferas da sociedade, é um ato transgressor marcado por desigualdades observadas nos espaços de dominação e subordinação das mulheres pelos homens. Este capítulo propõe revelar outras narrativas da memória esportiva ao longo do século XX, que contemplam as experiências individuais e coletivas de mulheres, marcadas por diferentes contextos de lazer, educação e competições dos esportes no Brasil e no mundo. Dessa forma, compreenderemos como se deu a trajetória pouco linear para que as mulheres experimentassem, aprendessem e desenvolvessem o esporte ao longo dos anos.

Introdução à História das Mulheres no Esporte

A história das mulheres no esporte aponta para um protagonismo há décadas colocado em segundo plano, uma vez que o projeto esportivo desenvolvido ao longo do século XX foi forjado e dominado pelos e para os homens: dirigentes e atletas. A entrada das mulheres no esporte, assim como em outros espaços da sociedade, é um ato transgressor por si só, que revela sutilezas das relações humanas em transformações e negociações. Meninas e mulheres foram, por muitas décadas, consideradas usurpadoras ou profanadoras de um espaço esportivo consagrado à utilização masculina.

Desde a sua versão moderna, travada na passagem do século XIX para o XX, os esportes, bem como suas regras, espaços, formações e competições, invalidaram a presença feminina como atletas ou mesmo como gestoras dessas atividades. Por mais que nos dias de hoje tenhamos nos acostumado com uma binaridade esportiva, ou seja, uma organização das modalidades dividida entre categorias masculinas e femininas.

Vale aqui pontuar que no início do século XX, mulheres atletas precisaram resistir e enfrentar pessoas, clubes, entidades e políticas a fim de serem legitimadas como protagonistas dos espaços de aprendizado, lazer e competições de esportes. As Olimpíadas são a base dos nossos estudos, uma vez que tal evento, ao longo de todo século XX e XXI, foram e são mundialmente visibilizados nos diferentes meios de comunicação que evoluíram junto conosco (jornais impressos, rádio, cinema, televisão e internet).

As múltiplas ausências e as raras presenças de mulheres ao longo da trajetória desses jogos, como de outros torneios mundiais e regionais, nos servem de apoio para observar as desigualdades das relações de gênero que incidem sobre esse grupo social. Vale aqui lembrar que o próprio idealizador e presidente que por mais tempo governou o Comitê Olímpico Internacional (29 anos), Pierre de Coubertin, era contrário à participação das atletas por considerar que elas poderiam vulgarizar esse espaço voltado para a educação de homens. Essa autoridade, ao afirmar que o esporte era um território exclusivamente masculino, normalizou e estimulou a ausência de mulheres no meio esportivo por muitos anos.

Pierre de Coubertin (1860-1937)

Nascido na França, o principal idealizador da reedição dos Jogos Olímpicos na Era Moderna também exercia a função de pedagogo e historiador. Teve a gestão mais longa no cargo de presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI) entre 1896 e 1925.

Além de excluir, Coubertin foi adepto da manutenção da disparidade como algo relacionado à “tradição” dos encontros olímpicos e outras competições. Sendo assim, não nos surpreende que a primeira edição dos Jogos Olímpicos, realizada em Atenas, em 1896, não tenha registrado a presença feminina na disputa. Segundo ele, “Tecnicamente as jogadoras de futebol ou as pugilistas que se tentou exhibir aqui e ali não apresentam interesse algum; serão sempre imitações imperfeitas”¹.

¹ COUBERTIN, P. Revista Educação Physica, Rio de Janeiro, p.46, 1938.

Aliás, o conceito de “tradição” nos esportes é um tema paradoxal, ou seja, nunca existiu um ambiente ou forma de organização das modalidades que tenha se mantido intacta ao longo dos séculos XIX, XX e XXI. As evidências históricas comprovam que sempre houve intentos no sentido de pensar, reorganizar, mudar e transformar todas as áreas que estão ligadas às culturas esportivas. Regras, espaços, uniformes, praticantes e até as próprias modalidades estiveram sujeitas a serem incluídas ou mesmo excluídas dos cenários de visibilidade gerados pelos esportes de alta performance. Cabo de guerra, pelota basca, polo, críquete são exemplos de esportes que já foram olímpicos.

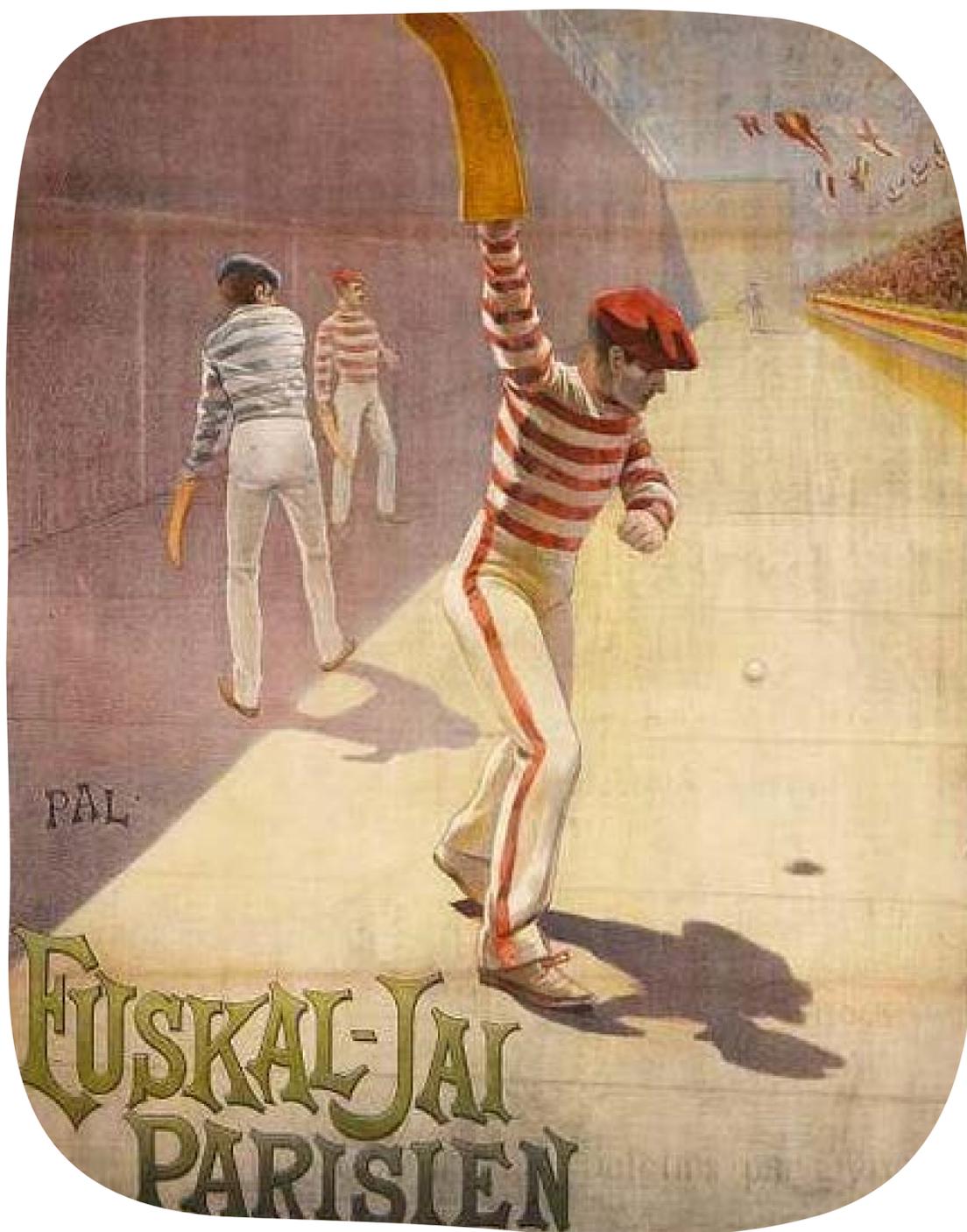
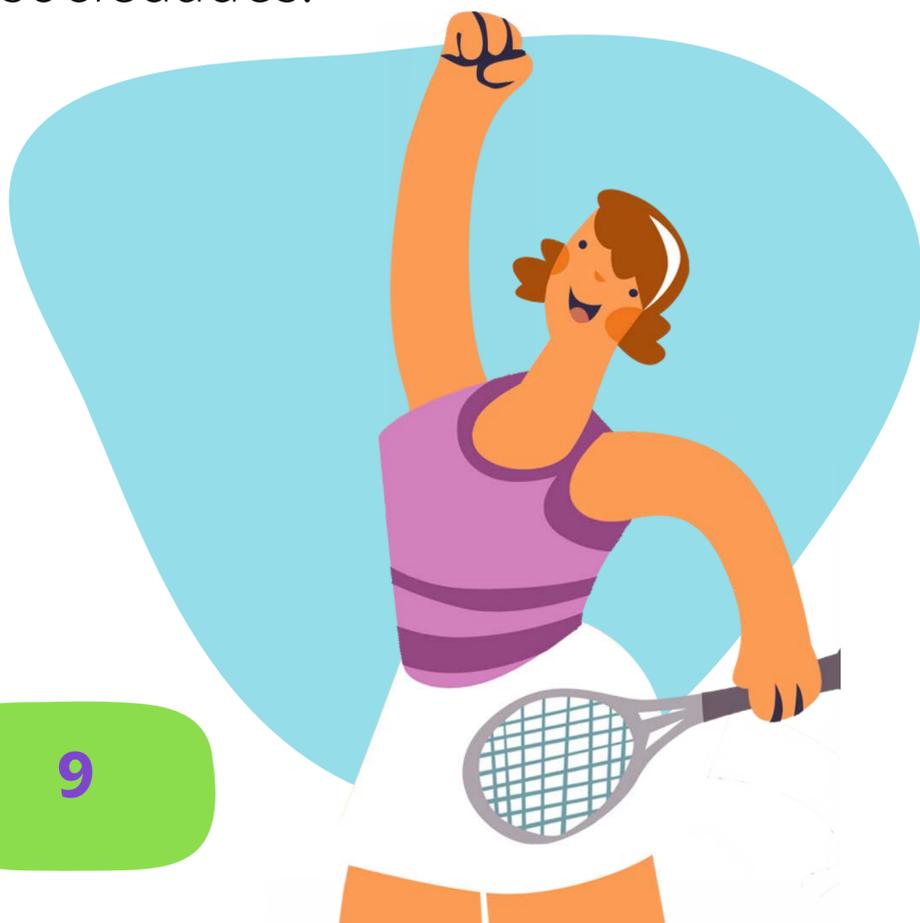


Figura 1 - Ilustração da prática da pelota basca (1894-1900).
Fonte: Paris Museum | Domínio Público.

Você sabia que o lazer, bem como os esportes, são direitos sociais previstos pela Constituição Brasileira de 1988? Podemos definir lazer como uma cultura vivenciada no tempo livre, como uma variedade de ações que têm como simples objetivo nada além da recompensa e satisfação provocada pela situação. Dentro do conceito de lazer encontramos, por exemplo, os esportes, as atividades corporais, intelectuais, artísticas e performáticas.

Os anos de negociações em torno do protagonismo das mulheres nos esportes revelam um histórico de desigualdade numérica entre homens e mulheres participantes nas modalidades disputadas por cada sexo ao longo do último século. As experiências esportivas das mulheres não são consideradas padrões universais em diferentes setores da sociedade. Em outras palavras, elas não são consideradas no mesmo pé de igualdade nas oportunidades esportivas oferecidas aos homens. Dessa forma, o direito ao esporte, cuja principal característica é o seu critério de universalidade, ou seja, que pertence a todas as pessoas, não foi e nem ainda é contemplado nas sociedades.



Para refletir: esportes para todos?

A **universalidade** é um dos princípios fundamentais do acesso aos nossos direitos e em constante elaboração ao longo século XX, mesmo período de organização e visibilidade dos esportes em todo o mundo. Esse item determina que todos os cidadãos brasileiros, por exemplo, sem qualquer tipo de discriminação, têm direito ao acesso às ações que estimulem o lazer e a prática de esportes.

A adoção do princípio da universalidade, a partir da Constituição Federal de 1988, transformou os esportes em um direito de toda a população e um dever do Estado.

Você consegue identificar grupos sociais que não têm tido esse direito garantido?





2. As primeiras mulheres no esporte

A luta contra a exclusão das mulheres remonta aos primórdios dos Jogos Olímpicos – torneio mundial de maior relevância mundial, diversidade esportiva e continuidade histórica. Nas edições da primeira década de 1900, atletas do sexo feminino foram aceitas apenas nas modalidades de tênis, golfe, tiro com arco e patinação artística. Essa restrição dava luz a um pensamento supostamente científico que acreditava na “inferioridade” física feminina e, como consequência, as “preservava” da experimentação atlética das modalidades esportivas da época.

Ano	Jogos Olímpicos de	Modalidade(s)
1896	Atenas	-
1900	Paris	Tênis e Golfe
1904	Saint Louis	Tiro com arco
1908	Londres	Tênis, Patinação Artística
1912	Estocolmo	Natação
1920	Antuérpia	-
1924	Paris	Esgrima
1928	Amsterdã	Atletismo, Ginástica
1932	Los Angeles	-
1936	Berlim	Esqui Alpino
1948	Londres	Canoagem
1952	Helsinque	Hipismo
1956	Melbourne	-
1960	Roma	Patinação de velocidade
1964	Tóquio	Voleibol, Luge
1968	Cidade do México	-
1972	Munique	-
1976	Montreal	Remo, Basquetebol, Handebol
1980	Moscou	Hóquei sobre a grama
1984	Los Angeles	Tiro Esportivo, Ciclismo
1988	Seul	Tênis, Tênis de Mesa, Vela
1992	Barcelona	Badminton, Judô, Biatlo
1996	Atlanta	Futebol, Softbol
1998	Nagano	Curling, Hóquei no gelo
2000	Sydney	Levantamento de peso, Pentatlo, Taekwondo, Triatlo
2002	Salt Lake City	Bobsleigh
2004	Atenas	Luta estilo livre
2008	Pequim	BMX
2012	Londres	Boxe
2014	Sochi	Salto de Esqui
2016	Rio de Janeiro	Rugby, Golfe

Figura 2- Introdução dos esportes para mulheres durante os Jogos Olímpicos de Inverno e Verão. Crédito: GIGLIO, S. S. et al. Desafios e percalços da inserção da mulher nos Jogos Olímpicos (1894-1965). Recorde: Revista de História do Esporte, v. 11, n. 1, 2018.

No caminho contrário, ainda nas primeiras décadas do século XX, mulheres do mundo todo desafiavam limites físicos e comprovavam sua capacidade de praticar modalidades esportivas exaustivas, contrariando discursos que exaltavam as diferenças biológicas que determinavam um certo e único papel social da mulher: o cuidado, a família e o lar.

Em 1917, por exemplo, foi criada a *Fédération des Sociétés Sportives Féminines de France* com o intuito de dar oportunidades ao ensino e prática de esportes que não eram oferecidos às francesas. Aliás, na história da mobilização feminina, cabe um capítulo especial à atleta e militante francesa Alice Milliat, autora da proposta dos Jogos Mundiais Femininos², realizados em diferentes edições ao longo da primeira metade dos anos vinte. Aos poucos, portanto, e graças a alguns movimentos sociais de mulheres, ao longo de décadas, algumas modalidades femininas passaram a ser incluídas nas Olimpíadas.



Figura 3- A feminista e atleta francesa Alice Milliat.
Fonte: Fundação Alice Milliat.

² Assisti trechos das Olimpíadas Femininas aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=oTAd5gd6-pl>

Alice Milliat (1884-1957)

Como membro de um clube esportivo feminino, a francesa Alice praticou remo, natação e hóquei. Mais tarde, ela desempenhou um papel fundamental na formação de um outro coletivo: a *Fédération Française Sportive Féminine*. Alice não apenas serviu como tesoureira, mas também assumiu a presidência desse grupo. Além disso, foi responsável pela organização dos primeiros eventos esportivos femininos internacionais, os Jogos Mundiais Femininos, realizados em Monte Carlo em 1921 e nos dois anos subsequentes.

Dentro dos contextos de desigualdades de oportunidades esportivas ao longo da história, vale destacar que as mulheres brasileiras tiveram o direito de cursar o ensino fundamental em 1827 e, só em 1879, o direito de cursar o ensino superior – e claro, esses avanços estavam sempre condicionados à classe social dessas meninas. Ruy Barbosa, advogado e deputado federal nos anos finais do século XIX, foi quem primeiro defendeu a presença do exercício físico no currículo feminino durante a reforma do ensino de 1882-83 (Goellner, 2003).



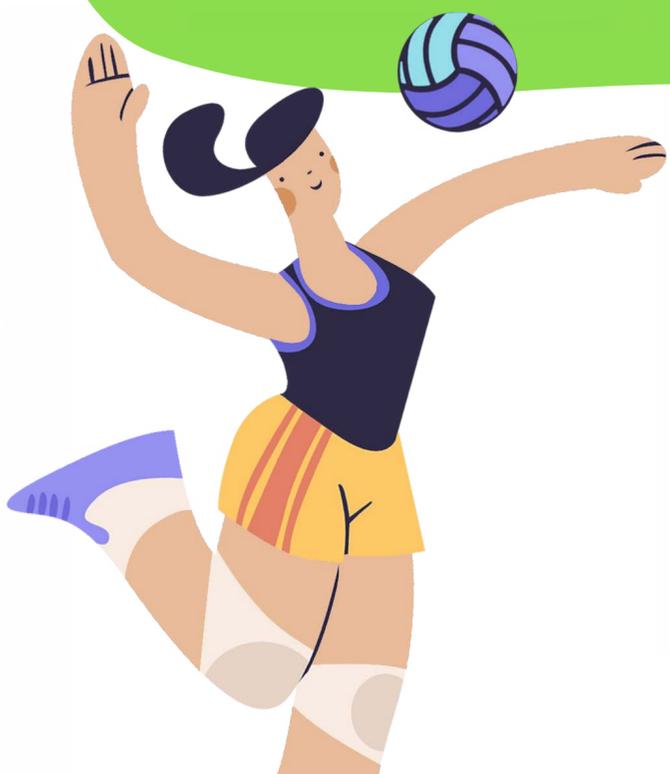
CURIOSIDADE

Você sabia que o **basquete** feminino levaria 40 anos para estreiar a modalidade feminina? O **remo**, 76 anos. O **ciclismo**, 88 anos e o **futebol**, 96 anos? Em algumas provas de **lutas**, como, por exemplo, o **boxe**, seria preciso aguardar mais de um século para se registrar o ingresso de competidoras.

Um exemplo da caminhada conjunta entre os movimentos por direitos e a participação feminina no contexto esportivo pode ser observado no ano de 1932, no Brasil, ocasião em que o direito ao voto é conquistado e a nadadora Maria Lenk torna-se a primeira mulher latino-americana a participar de uma edição olímpica.

Maria Lenk (1915-2007)

Primeira brasileira e latino-americana a participar de uma edição dos Jogos Olímpicos (Los Angeles-EUA, 1932). A natação – sua modalidade à época – era considerada pelos educadores físicos e higienistas do século XX como adequada às mulheres, por proporcionar a harmonia plástica do corpo e inspirar a graça dos movimentos. É a única mulher entre os dez nadadores brasileiros que possuem recordes mundiais.



Apesar da participação brasileira ter sido iniciada apenas na edição olímpica de 1920, na Antuérpia, como demonstrado no gráfico abaixo, a participação de mulheres brasileiras competidoras vai seguir um fluxo lento e restritivo quando comparado às oportunidades oferecidas aos atletas homens.

Mulheres

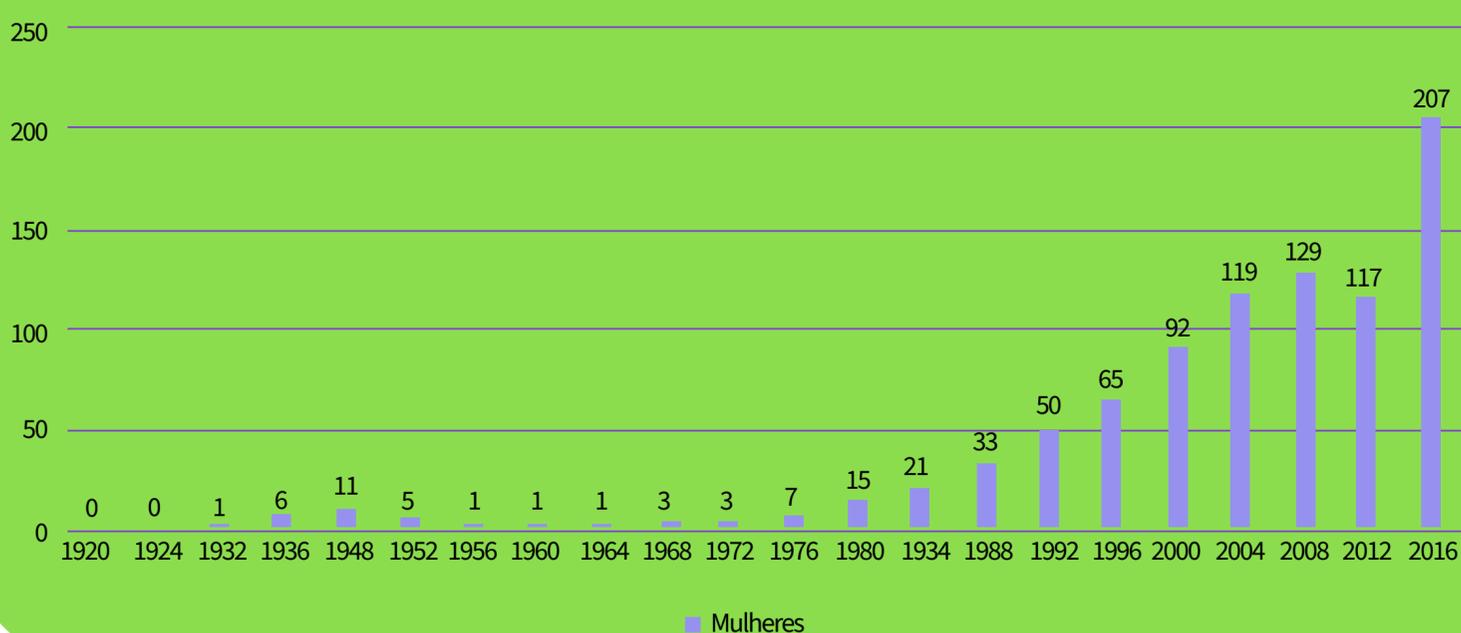
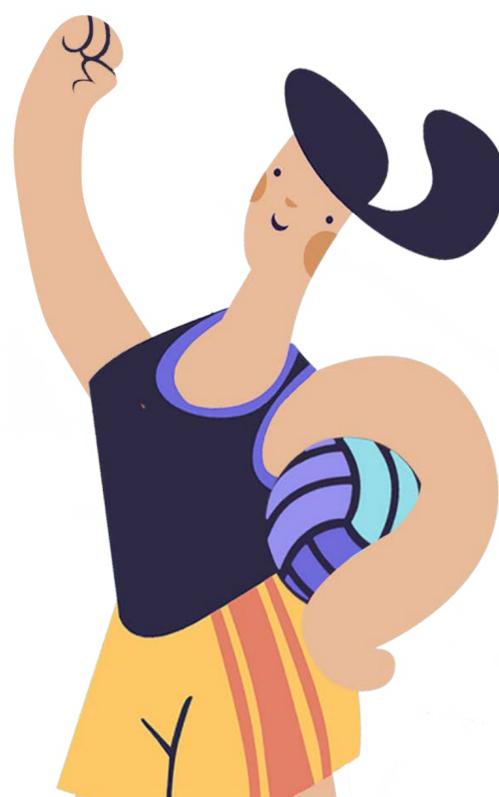


Figura 4- Participação de atletas brasileiras nas edições dos Jogos Olímpicos de 1920-2016.

Fonte: Rubio, K., & Veloso, R. C. (2019)

Com base no direito ao esporte, assegurado pelo mesmo documento, que relações podemos fazer entre o número de competidoras brasileiras (figura 4) e os diferentes momentos políticos do Brasil?



Para refletir: esporte como um direito

Após 21 anos de regime autoritário militar (1964-1985), a Constituição de 1988 teve o objetivo de resgatar o Estado de direito, a separação dos poderes, a federação, a democracia e os direitos fundamentais, à luz do princípio da dignidade humana. A Constituição marcou um avanço extraordinário na consolidação dos direitos e garantias fundamentais, situando-se como o documento mais abrangente e detalhado sobre os direitos humanos jamais adotados no Brasil – incluindo o fim de algumas modalidades proibidas para mulheres e a facilitação do acesso aos esportes. O êxito do movimento de mulheres, no que diz respeito aos ganhos constitucionais, pode ser claramente evidenciado pelos parágrafos que asseguram a igualdade entre homens e mulheres em geral (art. 5º, I).





3. Desafios e conquistas significativas das mulheres no esporte

Infelizmente, os problemas que revelam as desigualdades de oportunidades de competições para mulheres não se encerrariam apenas com o acesso às modalidades no principal torneio mundial. O século XX vai demarcar minuciosamente o tipo de feminilidade que seria aceita dentro das competições olímpicas e, ao longo das décadas, atletas do mundo todo serão submetidas a uma série de regulamentações a fim de garantir a elegibilidade dessas mulheres como atletas.

A escritora e filósofa inglesa Mary Wollstonecraft já lamentava, no século XVIII, o fato de uma mulher ser ativamente desencorajada a perseguir e realizar suas potencialidades máximas em todas as áreas sociais.

Ao abrirmos os livros de História escolares, é notável a ausência de narrativas que evidenciem protagonistas mulheres em torno dos temas mais variados como política, ciências, religiões, guerras e... com o esporte não é diferente.

O reconhecimento das desigualdades de gênero no tratamento histórico, social e espacial sobre os esportes revela não só a privação sobre o acesso de meninas e mulheres às práticas esportivas, como também explica a ausência de identificação simbólica entre as mulheres e o esporte nas últimas décadas. Afastamentos sectários e apagamentos históricos refletiram por anos a perturbadora naturalização do pensamento de que as “mulheres não pertencem ao ambiente esportivo”.

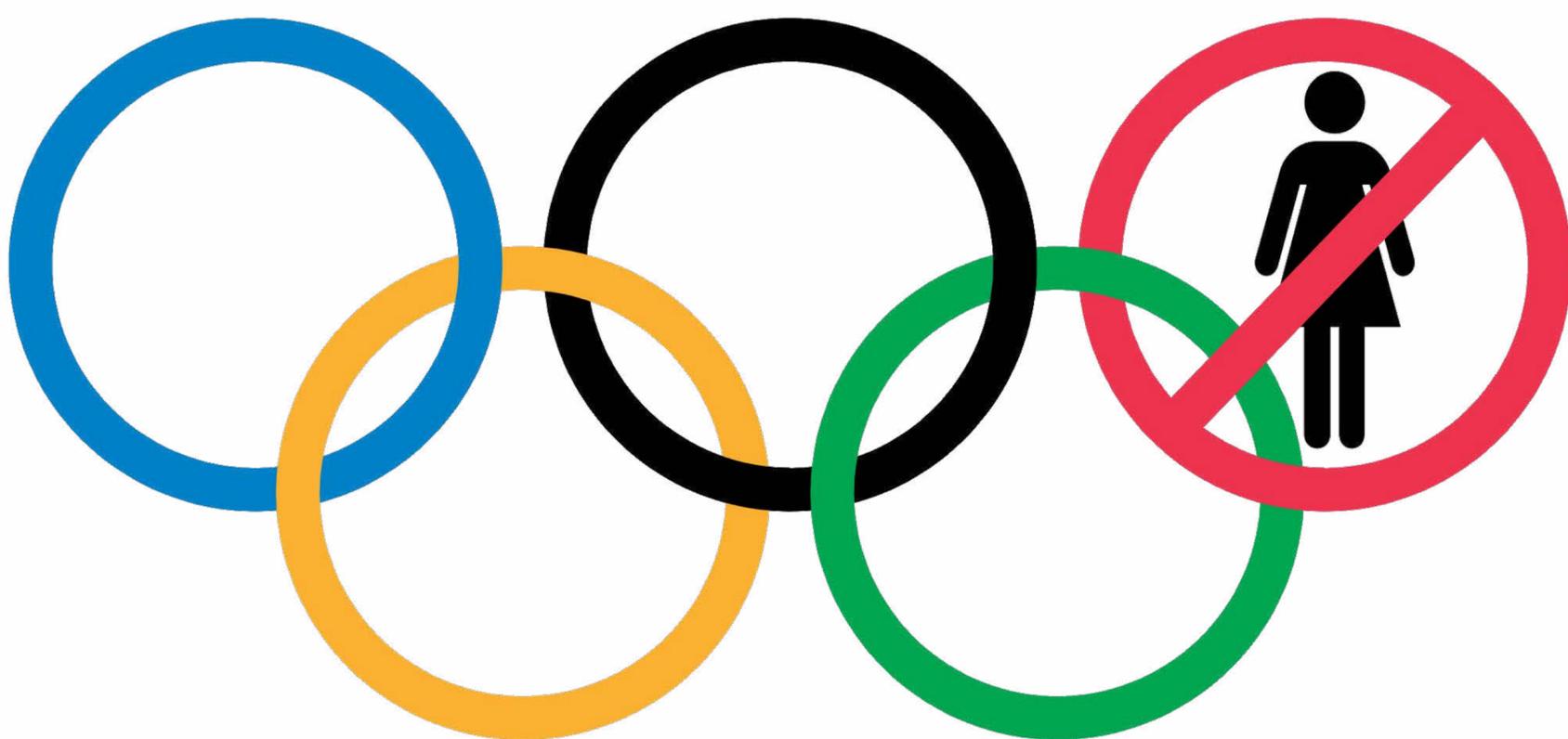
A filósofa feminista Simone de Beauvoir, por sua vez, no modelo esportivo concebido pelo idealizador dos Jogos Olímpicos modernos, Barão de Coubertin, criticava o modo pelo qual a representação masculina se via convertida no padrão normativo e ideal de humanidade, enquanto mulheres eram condicionadas a ocupar uma posição de inferioridade, e por isso, subalternas e desviantes da norma. Para o francês Coubertin, mulheres atletas, ao reivindicarem sua participação em diferentes modalidades esportivas, bem como daquelas consideradas masculinas e masculinizantes, que exploravam o contato físico, coletividade e força, estariam tentando se “igualar” aos homens e por essa razão, deturpar a “nobre” experiência daquelas competições esportivas.

A edição olímpica de 1936, realizada em Berlim, vai incluir outras cinco brasileiras no *hall* de competidoras olímpicas: além de Maria Lenk, Sieglind Lenk, irmã de Maria, Piedade Coutinho, Helena de Moraes Salles

e Scylla Venâncio e Hilda Puttkammer, na esgrima. Representantes da natação e esgrima, vale constatar que se tratavam apenas de provas individuais, que por vezes revelavam também esforços pessoais para essas participações.

Apesar da edição dos Jogos Olímpicos de Londres, em 1948, anunciar a primeira participação de mulheres brasileiras no atletismo, as atletas Benedita de Oliveira, Elisabeth Müller, Gertrudes Morg, Helena de Menezes, Lucila Pini e Melânia Luz, os anos que sucederam as décadas de 1950 e 1960 revelaram uma estagnação do processo de iniciação e acesso esportivo a partir das perspectivas de gênero, raça e classe no Brasil. O país vivia uma condição política repressora e de muita instabilidade democrática. O golpe militar de 1964 vai afetar não só a manutenção e condução da defesa de pautas públicas dos movimentos sociais do período, mas também o desenvolvimento da cultura educacional e esportiva do país.

Nesse sentido, convém destacar as punições impostas à corredora e saltadora brasileira Irenice Maria Rodrigues (1933-1981), em 1967, ao liderar uma greve contra o Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Não por acaso, no ano seguinte à sua manifestação, Irenice foi desligada da delegação de atletismo desligada na edição olímpica no México, sob a acusação de “indisciplina”. A luta da atleta afro-brasileira contra o preconceito e o autoritarismo, no contexto do regime civil-militar, confere um capítulo pouco conhecido sobre os jogos de 1968, bem como da biografia dessa atleta brasileira. Sua luta vai atravessar o tempo e propor novos significados ao ambiente do jogo, da luta antirracista e das hierarquias esportivas.



4. Impacto da legislação e política na participação das mulheres no esporte

No Brasil, o voto feminino tornou-se um direito em 1932, mesmo ano em que, pela primeira vez, a brasileira Maria Lenk participou dos Jogos Olímpicos. A assimilação das práticas esportivas importadas e do lazer fomentou, aos poucos, uma nova atitude corporal que atingiu as brasileiras vagarosamente e de maneira elitizada. A burguesia brasileira, do início do século XX, absorveu lentamente a adesão pública às diferentes práticas esportivas da época sob o signo da distinção de classe e de gênero. Ao longo dos anos evidencia-se que mulheres não têm relativamente a mesma posição dentro das estruturas de poder mundiais: marcadores da diferença como raça, deficiência, classe social e sexualidade definem onde uma mulher está situada em relação a essas escalas de poder.



Figura 5 - A nadadora brasileira Maria Lenk.
Crédito: El Gráfico, edição 1074, 09 fev. 1940.

O corpo, visto pela biologia e a classe científica da época, naturalizava as diferenças entre homens e mulheres, colocando-as como frágeis e que deveriam ocupar um lugar cultural que imputava o papel de futuras mães. O Estado brasileiro desempenhou um papel cada vez mais ativo na tentativa de definir o que era adequado para homens e mulheres, meninos e meninas. Currículos educacionais, oportunidades de empregos, responsabilidades familiares, comportamento sexual e traços de caráter não passaram ilesos do enquadramento ou da regulação estatal.

A década de 1930, notadamente caracterizado pelo Estado Novo, governo do presidente Getúlio Vargas³, marcou a execução de um projeto ideológico alinhado a um arranjo político que visou tanto o desenvolvimento econômico do país como a manutenção da estabilidade social de seus cidadãos. Em outras palavras, ser moderno, civilizado e higiênico flertava com uma certa “ordem” almejada por aquele projeto político.

A exclusão das mulheres dos Jogos Olímpicos, por exemplo, estava baseada nos papéis sociais estabelecidos na época: cabia ao homem os conceitos de virilidade, vigor, moralidade – expressos também através do esporte –, enquanto às mulheres incumbia a maternidade, o cuidado com a casa e a família. Às mulheres brasileiras, por sua vez, era atribuída a adoção da ideia de “civilidade”, aspecto mobilizado pelo projeto educacional do Estado Novo, que incluía, entre tantas outras coisas, a valorização da honra sexual feminina, determinando, assim, um único jeito de ser mulher, visando visava o estabelecimento da ordem e do progresso nacional.

Os anos sequenciais do século XX marcaram as negociações, proibições, restrições e a ocupação de atletas brasileiras em um território esportivo originalmente masculino, além da ocupação de novos espaços públicos como os das escolas, universidades, ruas, campos, quadras e competições. As mulheres esportistas foram, em grande medida, reflexo das lutas e reivindicações femininas de cada época. Tais iniciativas elaboraram maiores possibilidades de participação social e de escolhas autônomas de vida. Nesse sentido,

³ Getúlio Vargas assumiu a presidência provisória do Brasil após um golpe militar. Seu governo temporário durou de 1930 a 1934, e depois, já como presidente constitucional eleito pelo Congresso, governou de 1934 a 1937. Como ditador, governou de 1937 a 1945.

ao estudarmos a presença de competidoras na História do esporte, observamos as recorrentes tentativas de ampliação dos papéis das mulheres na sociedade brasileira, bem como exemplos do acirramento, em diferentes épocas, dos conflitos de gênero no Brasil.

Para refletir: esportes proibidos

Você sabia que no Brasil, entre 1941 e 1979, uma regulamentação sobre as regras da participação das mulheres nos esportes, criada pelo Conselho Nacional de Desportos (CND), **proibia** a prática do futebol, do futsal, do futebol de praia, do polo, do halterofilismo, do baseball, pentatlo e das lutas de qualquer natureza? Também havia condições diferentes das masculinas a serem obedecidas para a permissão da prática de outras modalidades, a exemplo do atletismo. As entidades esportivas compreendiam que existiam categorias de esportes desaconselháveis, violentos e, por essa razão, incompatíveis com a natureza feminina, sendo, portanto, proibidos de serem praticados. Você consegue imaginar passar a maior parte da sua vida com a sua modalidade esportiva predileta proibida de ser praticada por você?





5. Estudo de caso: atletas notáveis e suas histórias

Durante o pré-olímpico de Berlim, em 1936, fase de ascensão do nazismo no poder, diversos atletas alemães foram excluídos dos Jogos por serem judeus, entre eles as atletas Lilli Henoch (1899-1942), quatro vezes recordista mundial no arremesso de peso, lançamento de disco e revezamento 4x100m, e Gretel Bergmann (1914-2017), recordista alemã do salto em altura e promessa de medalha na época. Gretel, inclusive, foi usada como símbolo da “tolerância” nazista para evitar boicotes olímpicos de grandes nações como os EUA, França e Inglaterra. No entanto, pouco antes do início dos Jogos, a atleta recebeu uma carta de desconvocação e a anulação de suas marcas e recordes alcançados durante a seletiva.

O caso de Gretel, mais tarde conhecida como Margaret Lambert, não se restringe à política do antissemitismo, mas comporta outro detalhe revelador das razões que levaram à desclassificação da atleta alemã. Com efeito, na edição de 1936, as atletas Dora Ratjen (1918-2008) e Elfriede Kaun (1914-2008) continuaram a compor o time alemão da modalidade de atletismo. Dora ficou com a quarta colocação no salto e, anos mais tarde, foi revelado que a competidora era na verdade Hermann Ratjen, uma mulher em condição de intersexualidade, na época lida como um homem. Esses episódios, ao lado de outras suspeitas da época, afetaram de maneira permanente as condições de acesso e participação de atletas mulheres nos Jogos Olímpicos.

Uma comissão médica do COI foi criada em 1961 para centralizar o controle sobre a chamada “verificação de gênero” (testagens sexuais) e doping. Em 1968, por exemplo, todas as competidoras da edição olímpica de inverno foram obrigadas, pela primeira vez, a passar por inspeções visuais, conhecidas como “testes de feminilidade”, a fim de reduzir suspeitas sobre o sexo biológico das participantes.

Por décadas, os testes incluíam inspeção genital das atletas mulheres, que eram obrigadas a se apresentar nuas frente a uma comissão de médicos durante os Jogos - um procedimento invasivo, humilhante e constrangedor conduzido durante as competições e jocosamente mencionado como “nude parade” entre as atletas. Ao procedimento ainda foram adicionados o teste cromossômico, hormonal e a categoria protocolar de “level playing field” na tentativa de legitimar bases de igualdade às competições olímpicas. Ainda há competições atualmente que praticam essas inspeções com mulheres.

Nos Jogos Olímpicos do Rio 2016, veio à tona o caso da sul-africana Caster Semenya, corredora intersexual, isto é, uma pessoa que possui características sexuais e reprodutivas que não se restringem à definição típica de homens e mulheres. A atleta começou a enfrentar questionamentos sobre seu gênero após se tornar campeã dos 800 m no 12º Campeonato Mundial de Atletismo, disputado em 2009 na cidade de Berlim, com a maior vantagem da história na modalidade feminina. O corpo da sul-africana, de forma natural, gera níveis de testosterona semelhantes aos dos homens, fenômeno conhecido na literatura médica como hiperandrogenismo. A cultura olímpica, que tolerou o teste de feminilidade por tantas décadas, transformou em consenso a ideia de que atletas cujos corpos produzam altos índices desse hormônio mantêm supostas vantagens sobre as adversárias.

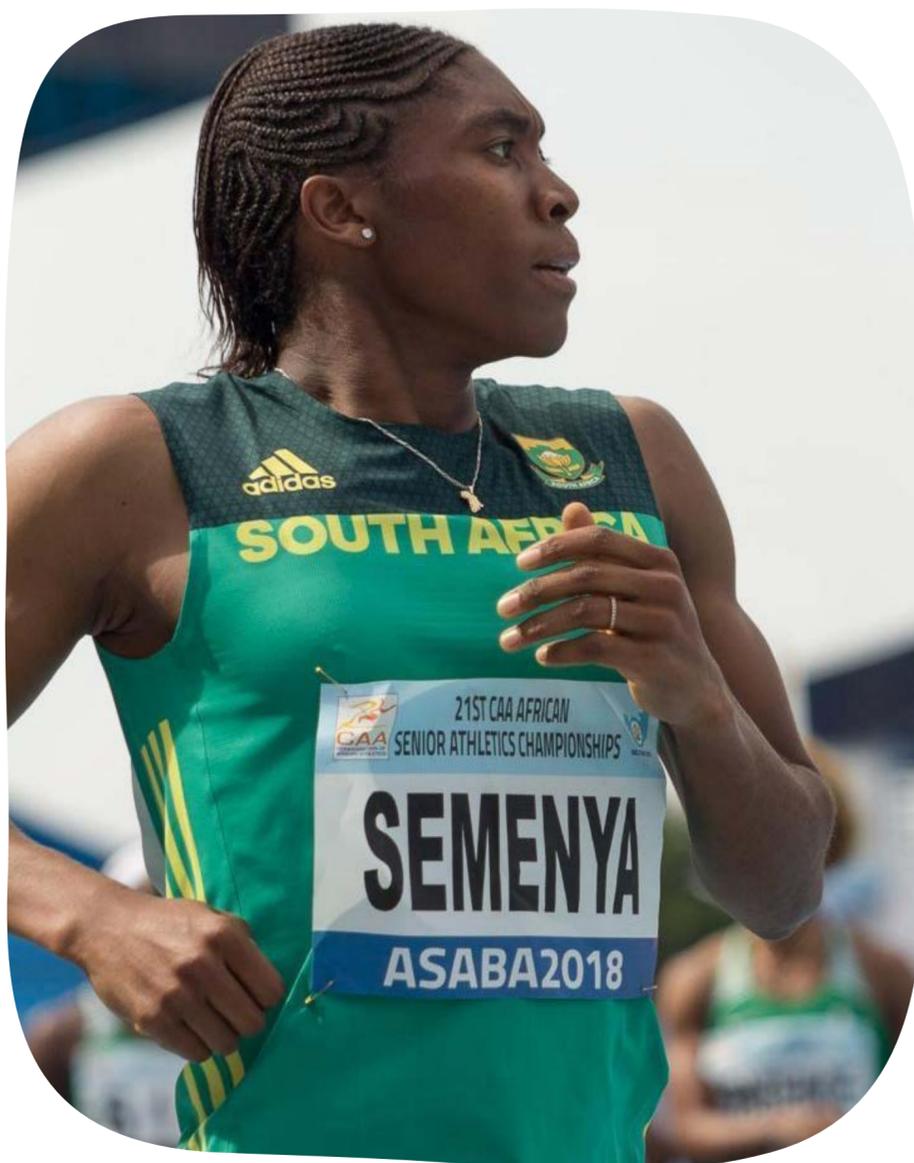


Figura 6- Caster Semenya no Campeonato de Atletismo Africano de 2018.
Crédito: Bob Ramsak | Creative Commons.

As informações históricas sobre a identidade de gênero e orientação sexual permaneceram por muitas décadas difusas e invisibilizadas, uma vez que eram raros os casos de atletas dispostos a assumir publicamente essas posições, devido, principalmente, à cultura da intolerância presente nas federações e comitês esportivos internacionais nas últimas décadas. A postura destemida da atleta Caitlyn Jenner, que se assumiu publicamente como uma mulher transgênero após competir e conquistar o ouro olímpico no decatlo masculino em 1976, constitui expressão do protagonismo LGBTQIAP+ ao longo da história olímpica, no exemplo em questão, da luta contra uma característica patologizada.

A corredora suíça de longa distância, Gabriela Andersen-Schiess, obteve projeção mundial nos últimos 400 metros da maratona feminina dos Jogos de Los Angeles, em 1984, ao levar às últimas consequências a determinação em concluir a prova. Para evitar a desqualificação, Gabriela, apesar de se encontrar à beira de um quadro grave de hiponatremia, isto é, de queda brutal de sódio no sangue, manteve-se na competição, recusando abandoná-la para receber o auxílio médico.



Embora tenha terminado a prova na 37ª colocação, a imagem da corredora suíça, cambaleando na pista, exaurida, empreendendo um esforço sobre-humano para cruzar a linha de chegada, transformou-se em um símbolo de resistência e superação heroicas para as mulheres.

Na edição centenária dos Jogos Olímpicos de 1996, realizados na cidade de Atlanta, nos Estados Unidos, Jacqueline Silva e Sandra Pires, a dupla no vôlei de praia responsável pela conquista da primeira medalha dourada de brasileiras na história olímpica, tiveram de enfrentar também as represálias e assédios morais dos dirigentes. Antes de se tornar campeã olímpica, Jacqueline foi personificada como “rebelde”, deixando de ser convocada por três vezes pela Confederação Brasileira de Voleibol. Uma das alegações remonta ao episódio de recusa da jogadora em vestir o uniforme oficial da seleção brasileira com o nome do patrocinador estampado na camisa como forma de protesto por equiparação salarial entre as suas seleções de vôlei.



A exposição dos corpos olímpicos, implicava – e ainda implica – uma vigilância regulatória das atletas cuja aparência e performance borram as fronteiras tradicionais de feminilidade. Quando o COI adota os hormônios como critério da diferenciação sexual, assume-se o pressuposto de que os homens apresentam maior índice de testosterona em seus corpos e isso lhes confere vantagens atléticas – algo não comprovado cientificamente. Em outras palavras, em meio a esse cenário regulatório, mulheres com desempenhos esportivos extraordinários são constantemente investigadas.

Para dar play!

Para conhecer outras histórias e personagens dos esportes acesse o Canal Olympic Channel e conheça o acervo, imagens e vídeos da entidade, bem como o repertório de documentários. <https://olympics.com/pt/olympic-channel>





6. Perspectivas futuras para as mulheres no esporte

Refletindo uma longa jornada de luta e contestação, ao tomarmos mais uma vez os Jogos Olímpicos como base de comparação, a edição de Tóquio 2020⁴ marcou o aumento inédito da participação feminina nas competições: elas representaram 48,6% dos atletas, contra 45% de 2016, na edição do Rio de Janeiro. Modalidades até então dominadas em número de atletas por homens, tiveram que mudar o programa para os Jogos de 2020. Modalidades como canoagem, remo, tiro, judô, levantamento de peso e vela, pela primeira vez terão o mesmo número de atletas homens e mulheres participantes. Outros esportes ainda não atingiram a

⁴Edição olímpica realizada no ano de 2021 em razão da pandemia de COVID-19.

equiparidade, mas melhoraram a presença de mulheres, como o boxe e o atletismo.

Tóquio também assinalou a inclusão de provas mistas, disputadas por homens e mulheres, com a inclusão de competições deste tipo em sete esportes. Até os Jogos do Rio 2016, apenas badminton, vela e tênis tinham a prova de duplas mistas. Em 2021, inauguraram equipes mistas na natação, atletismo, triatlo, tiro, tiro com arco, tênis de mesa e judô.

Diante do histórico excludente das mulheres no esporte, são necessárias ações que visam assegurar as conquistas alcançadas e fomentar novas possibilidades que garantam a equidade de gênero em todo o contexto esportivo – de quem pratica, trabalha, ensina e aprende esportes.

Decorridos, porém, mais de cem anos de Olimpíadas, ainda é possível constatar as desigualdades de condições e oportunidades, a dissimetria de poder e a distância financeira separando homens e mulheres. Atributos como força, virilidade, velocidade e resistência foram – e continuam sendo – considerados como características generificadas, naturalizadas, reforçadas e estereotipadas como masculinas no meio esportivo.

A inferiorização das mulheres também se dá na categorização de atletas fora de padrões como mães, lésbicas, não-binárias, transsexuais, masculinas, gordas, pretas, latinas, africanas e orientais são exemplos de estereótipos de mulheres recorrentemente estigmatizadas no contexto esportivo e social, igualmente prejudicadas nos projetos de iniciação esportiva, lazer e alta performance.

Conforme o ambientalista e líder indígena, Ailton Krenak, as mais conhecidas e consolidadas instituições mundiais foram forjadas a partir de uma noção ultrapassada de humanidade, que suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existências e de hábitos. Sendo assim, podemos nos colocar a seguinte questão: como manter a nossa coesão como humanidade nos esportes futuros?

Para refletir: como a nossa prática inclui ou exclui as mulheres?

Podemos nos perguntar de que forma os nossos trabalhos podem contribuir para a maior reflexão e humanização de tais corpos que querem praticar esportes? Como podemos verdadeiramente transformar o ambiente esportivo em um lugar seguro, inclusivo e acessível para todas as pessoas?



Referências

ARAUJO, Erick Thiago Cardoso et al. **A Trajetória Histórica da Participação das Mulheres nos jogos Olímpicos Modernos**. EnPE, v. 8, n. 1, 2021.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica**. Ijuí-RS: Unijuí, 1999.

GOELLNER, S. V. **A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade**. Cadernos de Formação RBCE, Porto Alegre, v. 1, p. 71-83, mar. 2010.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições, elas fazem história**. Revista Pensar a Prática, v. 8, n. 1, p. 85-100, jan./jun. 2005a.

GIGLIO, S. S., GALATTI, L. R., MACHADO, G. V., ALTMANN, H., PAES, R. R., & SEONE, A. M. (2018). **Desafios e percalços da inserção da mulher nos Jogos Olímpicos (1894-1965)**. Recorde: Revista de História do Esporte, v. 11, n. 1, 2018.

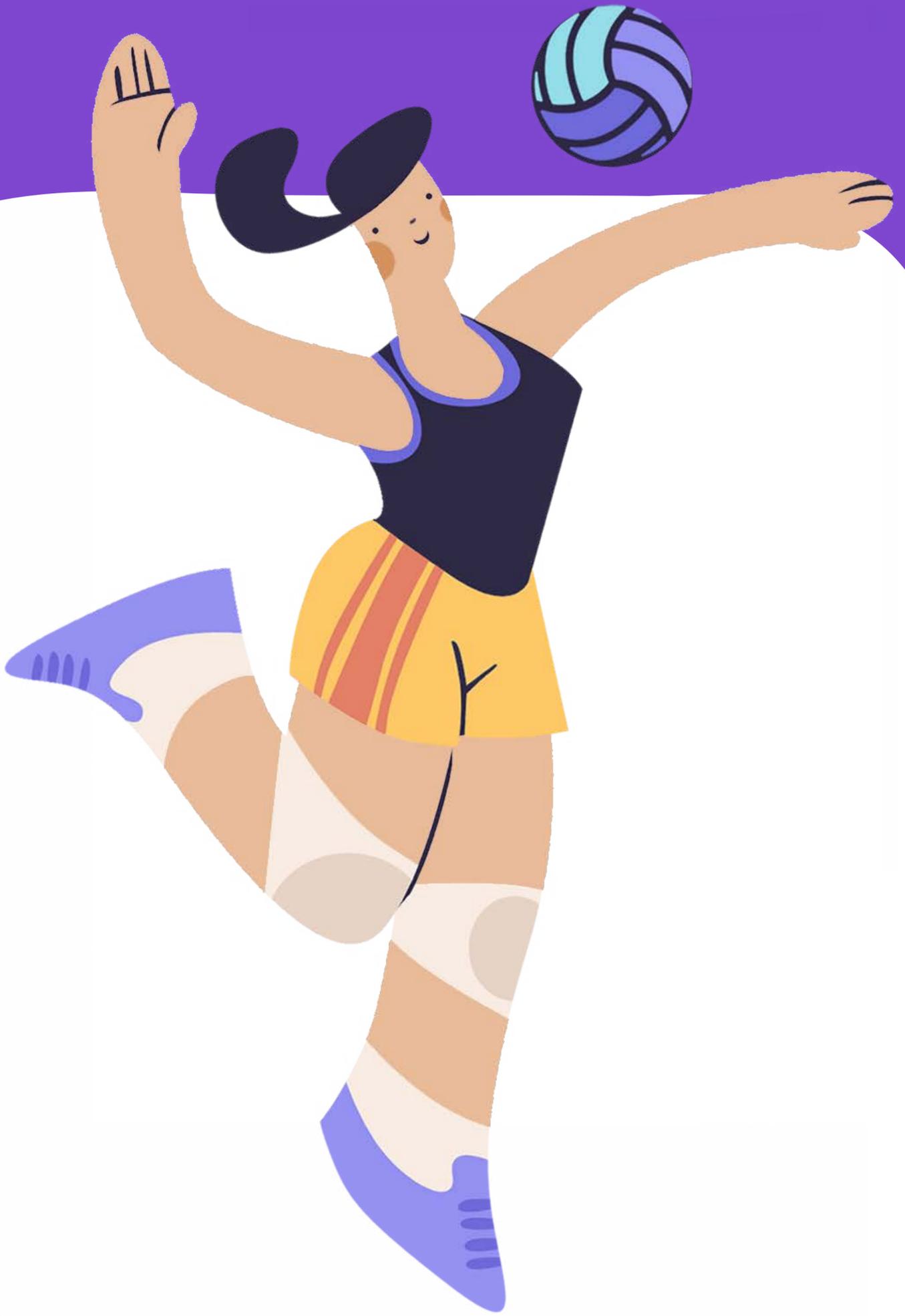
KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo** (Nova edição). Editora Companhia das Letras, 2019

RUBIO, Katia; VELOSO, Rafael Campos. **As mulheres no esporte brasileiro: entre os campos de enfrentamento e a jornada heroica**. Revista USP, n. 122, p. 49-62, 2019.



Sobre a autora

Aira Bonfim é mestra em História, Política e Bens Culturais pela FGV, com pesquisas sobre a iniciação das brasileiras no futebol no início do século XX e atua como consultora de entidades esportivas e de lazer. Fez parte da equipe de implantação do Centro de Referência do Futebol Brasileiro (CRFB), em 2011, no Museu do Futebol, local onde atuou até 2018 como técnica pesquisadora. Foi co-curadora das exposições *Rainhas de Copas* (2023), *Contra-Ataque! As Mulheres do Futebol* (2019) e *O Futebol e as Olimpíadas* (2016), todas no Museu do Futebol, em São Paulo, além de *Pioneiras* (2021), na Granja Comary (CBF). É autora da publicação lançada em 2023: *Futebol Feminino no Brasil, entre festas, circos e subúrbios, uma história social (1915-1941)*.



APOIO



PATROCÍNIO

REALIZAÇÃO

